

Unificação escolar e hegemonia

LUCÍLIA REGINA DE SOUZA
MACHADO

Tese de Doutorado, São Paulo,
Pontifícia Universidade Católica,
1984, 472 p.

Orientador:

Carlos Roberto Jamil Cury

Este estudo procurou trabalhar o tema da unificação escolar, entendendo que esta questão envolve, fundamentalmente, o problema da dialética entre o universal e o particular, compreendendo respostas diferentes, conforme seja o marco conceptual que informa o conteúdo da universalização e da particularização. Essas respostas correspondem às diferentes tentativas de equacionamento das clivagens que perpassam a organização dos modernos sistemas nacionais de ensino. Tais clivagens abrangem aspectos variados: estrutura escolar, processo pedagógico e administração da educação.

Sob o capitalismo, a unificação escolar mostra-se necessária, devido à socialização crescente da produção e à necessidade política da burguesia de consolidar sua hegemonia sobre as demais classes sociais, mas não deixa de ser diferenciadora, em conseqüência da forma privada da apropriação.

O processo de formulação de propostas de unificação escolar é lento e complexo, tendo em vista a consolidação de cada marco político, pelo refinamento da fundamentação teórica, sínteses sempre provisórias e que incorporam, pelo movimento de integração e de superação, as discussões e as contradições que se manifestam dentro e entre as diferentes posições.

A natureza da solução apresentada para a superação das contradições define o alcance e os limites das propostas de unificação escolar. Define, também, as possibilidades reais de concretização de determinadas políticas, em contextos sociais específicos.

A análise histórica empreendida mostrou que o controle dessas definições foi sempre motivo de disputa política, por constituir um dos meios pelos quais se realiza a hegemonia de classe. Por isso as decisões envolveram, freqüentemente, complexos mecanismos de ajustamento e de negociação, com soluções de compromisso muitas vezes precárias.

Ao mesmo tempo em que a burguesia tenta articular seu projeto de unificação escolar, procura desarticular as diversas experiências autônomas de educação operária em curso nos diversos países. O projeto liberal-burguês contempla a existência de ensinamentos particularistas, subordina-se aos ditames do processo de divisão capitalista do trabalho, entende democracia como organização e seleção de elites, enfatiza a identidade nacional, o sentimento pátrio e a solidariedade interclasses.

Apesar de elitista, o projeto liberal de unificação escolar representa a superação de algumas barreiras sociais, e contra suas idéias se insurgiram os tradicionalistas, os antiliberais "clássicos", a Igreja Católica e, de forma mais recente, o fascismo.

A resposta do movimento operário à proposta burguesa não pode ser considerada em bloco, sem levar em conta as diferenças de concepção, de avaliação e de formas de luta existentes no seu interior.

O presente estudo constatou pelo menos três diferentes perspectivas, quanto à questão da unificação escolar, dentro do movimento operário.

De um lado, a corrente reformista, que, de modo geral, compartilhou do movimento liberal de unificação escolar, emprestando-lhe seu apoio e até assumindo a condução das lutas.

No extremo oposto ao reformismo, identificou-se a corrente anarquista, contrária à unificação escolar de qualquer tipo, pois advoga a escola laica, autônoma e de classe, o desenvolvimento em separado da ciência proletária e a total liberdade de organização de escolas por parte das comunidades naturais e dos sindicatos.

A terceira corrente segue a tradição marxista e conta com os aportes de Lênin e Gramsci: avalia criticamente a proposta liberal de unificação escolar, considerando-a um momento na História, a ser superado pelo desenvolvimento das contradições, para o qual as reformas educacionais não constituem mais que mediações. A perspectiva é de busca de um novo referencial de unificação escolar, cujo conteúdo tem por base os interesses da classe trabalhadora. O embrião da nova escola pode ser vislumbrado ainda no capitalismo, se se considera que o novo surge à medida do esgotamento do velho. A questão da unificação escolar — enquanto transição e enquanto consolidação das conquistas dos trabalhadores — e a discussão em torno da cultura proletária e da escola única do trabalho exigem capacidade de definição teórica e prática, constituindo aspectos importantes da luta social.

Essas diferentes propostas a favor da unificação escolar e contra ela foram objeto de análise; procurou-se entendê-las referenciadas umas às outras, ao contexto histórico em que foram produzidas, às lutas que foram travadas, aos esforços de edificação do socialismo e às primeiras tentativas de construção da escola única do trabalho.